

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/2122</b>	<b>3258/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DCF - DCR [ISENÇÕES]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação dos pedidos de isenção de taxas e outras receitas municipais, propondo-se o seu indeferimento, tendo por base a fundamentação constante do documento em anexo à presente proposta.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Data: 21/01/2025

Assunto: Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico e outras (Artigos H-1/16º e H-1/17.º)

1 - Dados do pedido:

Requerente:	JOSÉ JOÃO CUNHAL FONTAINHAS
NIF:	8
N.º registo:	3023/2025 [Pedido de isenção de taxas]
Referência 1	2730/2024 [Ocupação do espaço público - Renovação]
Referência 1.1	DESPACHO 2024-0368 [Resolução PR/2024/822 - DGOEP - Licença de ocupação de espaço público - Despacho]
Referência 1.2	LICENÇA 2024-0008 [Licença OVP Definitiva]
Referência 1.3	Fatura n.º 24.017/31100
Tipo de facto:	Ocupação de espaço público para execução de operações urbanísticas

2 - Apuramento dos cálculos das taxas:

Taxas				
Descrição	Quant.	Meses	Valor unitário	Total
Facto: Emissão de Alvará	1		110,60	110,60 €
Facto: Execução de trabalhos no espaço público, por cada período de 30 dias	1	1	16,75	16,75 €
Facto - Ocupação com tapumes, resguardos e outros por cada período de 30 dias, fração e por m2	45,00		2,65	119,25 €
Facto - Andaimos, por cada período de 30 dias ou fração e por metro linear	64,00		2,65	169,60 €
Total				416.20 €

3 - Informação da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação da Receita

a) O requerente solicita isenção de taxas. ao abrigo do artigo B-3/4.º do Código Regulamentar do Município de Braga, relativas à emissão da licença de Ocupação d Pública (O.V.P) pelo prazo de trinta (30) dias, para apoio a realização de obras isentas de controlo prévio, nomeadamente, regularização de toda a superfície, em reboco, que inclui preparação da mesma para aplicação de novo revestimento em Sistema ETICS (frequentemente chamado de Capotto) no prédio, sito no Rua Comendador António Maria Santos da Cunha, 582 - 2º - União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), para o qual está associada à Comunicação de Obras Isentas de Controlo Prévio com o processo nº 4/2024/6003/0, com registo de entrada n.º 59657 de 03/09/2024.

b) Tendo em conta que para este processo de licenciamento foi emitida em 24/09/2024 a Licença de Ocupação de Via Pública com n º 388/2024, pelo período de um (1) mês, o requerido não tem enquadramento na alínea iii) do n.º 1 do Art.º H-1/17.º do CRMB, pois trata-se de um pedido de prorrogação do prazo, e este prevê expressamente as situações que podem beneficiar de isenção (isenções objetivas), nada prevendo expressamente no que concerne às taxas devidas pelos pedidos de prorrogação de prazo das licenças emitidas, quando no que se refere às taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, já determina, por exemplo, que essa isenção possa ser concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Nuno Miguel Vazante Capucho (1/1)  
Chefe Divisão de Controlo da Receita  
Data: 21/01/2025  
HASH: 87002d628901296048b7718d46ed1f



Código Validação: 4YDW2TYPJUKHWY93PD3DEATKM  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 1 / 2



Não se afigura, assim, admissível que as taxas devidas pela “prorrogação do prazo” na realização daquelas operações urbanísticas previstas no ponto iii, possam beneficiar dessa isenção, já que se tivesse sido essa a intenção de legislador, teria de o dizer.

Assim, apesar do pedido encontrar-se instruído conforme definido no CRMB e de acordo com os procedimentos internos em vigor para efeitos de isenções de taxas, propõe-se o indeferimento do pedido de isenção de taxas, por não se encontrar expressamente previsto, no Artigo H-1/17.º, do CRMB, isenção de pagamento de taxas para uma prorrogação de prazo de operação urbanística.



Data: 20/01/2025

**Assunto: Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico e outras (Artigos H-1/16º e H-1/17.º)**

**1 - Dados do pedido:**

<b>Requerente:</b>	<b>ALBERTO MANUEL FERNANDES PEREIRA</b>
<b>NIF:</b>	
<b>N.º registo:</b>	<b>E/66933/2024 [Pedido de isenção de taxas]</b>
<b>Referência 1</b>	<b>E/51479/2024</b>
<b>Referência 1.1</b>	<b>Documento interno n.º 91173 de 17/09/2024</b>
<b>Referência 1.2</b>	<b>Alvará de Licença de Ocupação de Via Pública n.º 406/2024</b>
<b>Referência 1.3</b>	<b>Fatura n.º 24.017/29594</b>
<b>Tipo de facto:</b>	<b>Ligação das Águas Pluviais à Rede Pública</b>

**2 - Apuramento dos cálculos das taxas:**

<b>Taxas</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>Meses</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Total</b>
Facto: Emissão de Alvará	1		110,60	110,60 €
Facto: Execução de trabalhos no espaço público, por cada período de 30 dias	1	1	16,75	16,75 €
Facto - Ocupação com tapumes, resguardos e outros por cada período de 30 dias, fração e por m2	4,00		2,65	10,60 €
Facto - Execução de trabalhos no espaço público, por pedido, acresce, caixas de visita, por metro quadrado	0,50		6,00	3,00 €
<b>Total</b>				<b>140.95 €</b>

**3 - Informação da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação da Receita**

a) O requerente solicita isenção de taxas, ao abrigo do **artigo B-3/4.º** do Código Regulamentar do Município de Braga, solicitar por motivo de obras/infraestruturas com abertura de vala, sito na Rua de S. Domingos, Braga (São Vítor).

b) As taxas associadas ao pedido dizem respeito ao pedido de ligação das águas pluviais à rede publica, pelo que o requerido **não tem enquadramento na alínea iii) do n.º 1 do Art.º H-1/17.º do CRMB**, pois, apenas poderão ser enquadradas, para efeitos de isenção, as taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes de obras isentas de controlo prévio, assim como, das obras decorrentes de operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução.

Assim, apesar do pedido encontrar-se instruído conforme definido no CRMB e de acordo com os procedimentos internos em vigor para efeitos de isenções de taxas, propõe-se o indeferimento do pedido de isenção de taxas, por não se encontrar expressamente previsto, no Artigo H-1/17.º, do CRMB, isenção de pagamento de taxas pela ligação das águas pluviais à rede publica .



Indeferimento do pedido de Isenções por não estarem enquadradas no disposto dos n.º 1 e 2 do artigo H-1/16º, artigo H-1/17º e artigo H-2/5º do CRMB						
N.º de Processo	N.º Informação	Data Informação	NIF	Nome	Fundamentação para o indeferimento	Total
2024/900.20.604/2397	RI1480	20/01/2025		ALBERTO MANUEL FERNANDES PEREIRA	As taxas associadas ao pedido dizem respeito ao pedido de ligação das águas pluviais à rede pública, pelo que o requerido não tem enquadramento na alínea iii) do n.º 1 do Art.º H-1/17.º do CRMB, pois, apenas poderão ser enquadradas, para efeitos de isenção, as taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes de obras isentas de controlo prévio, assim como, das obras decorrentes de operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução	140,95 €
3023/2025	RI1482	21/01/2025		JOSÉ JOÃO CUNHAL FONTAINHAS	Tendo em conta que para este processo de licenciamento foi emitido emitida em 24/09/2024 a Licença de Ocupação de Via Pública com n.º 388/2024, pelo período de um (1) mês, o requerido não tem enquadramento na alínea iii) do n.º 1 do Art.º H-1/17.º do CRMB, pois, no que se refere às taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, determina que essa isenção possa ser concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.	416,20 €